

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Trabalho, Educação e Saúde

ISSN: 1678-1007

revtes@fiocruz.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio

Brasil

Morais Torrezan, Rosiane; Borges Guimarães, Raul; Rotta Furlanetti, Maria Peregrina de
Fátima

A IMPORTÂNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
EM SAÚDE COMUNITÁRIA

Trabalho, Educação e Saúde, vol. 10, núm. 1, marzo-junio, 2012, pp. 107-124

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406756998007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A IMPORTÂNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE COMUNITÁRIA

THE IMPORTANCE OF PROBLEMATIZATION IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE
IN COMMUNITY HEALTH

Rosiane Morais Torrezan¹

Raul Borges Guimarães²

Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti³

Resumo Neste artigo, relata-se a experiência de devolução de conhecimentos produzidos por meio de uma pesquisa-ação educativa em saúde, efetivada em uma comunidade local, e demonstra-se que, por meio do diálogo proporcionado pela problematização, surgiram oportunidades de reflexão coletiva acerca de problemas vividos por todos, oferecendo condições para o desenvolvimento de cidadãos mais participativos, mais críticos e, principalmente, mais ativos diante de sua realidade. O objetivo da pesquisa foi o de trabalhar com a população a relação entre moscas domésticas e saúde ambiental, problematizando as questões relativas a saúde e ambiente nos bairros Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo, em Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Utilizou-se, para isso, a metodologia da pesquisa-ação, e como referencial teórico a educação popular de Paulo Freire, problematizando-se as condições de saúde em áreas urbanas periféricas pobres e analisando-se a experiência de articulação de atores sociais na resolução dos seus problemas de saúde. Ao final, indicam-se alguns aspectos que foram apreendidos na investigação acerca dos processos educativos comunitários em saúde, pelos quais, partindo-se das reflexões sobre o ambiente, foram descortinados problemas ambientais e de saúde mais amplos que afetavam a comunidade.

Palavras-chave geografia da saúde; problematização; educação em saúde.

Abstract This article reports on the experience of returning knowledge produced through an educational research action in health carried out in a local community and shows that the dialogue afforded by problematization allows for opportunities for collective reflection on problems experienced by everyone, offering conditions for the development of citizens who are more participatory, more critical and, particularly, more active in confronting their realities. The goal was to discuss with the population the relationship there is between houseflies and environmental health, bringing up issues relating to health and environment in the Morada do Sol Garden and Park Residencial Francisco Belo Galindo neighborhoods, in the city of Presidente Prudente, state of São Paulo, Brazil. To achieve this goal, the research action approach was used based on Paulo Freire's popular education theoretical framework, debating health conditions in impoverished peri-urban areas and analyzing the experience of coordinating social players to solve their health issues. At the end, the authors bring up a few aspects that were seized in the investigation of the community health educational processes, by which, starting from the reflections on the environment, health and environmental problems affecting the wider community were unveiled.

Keywords geography of health; problematization; health education.

Introdução

O objetivo principal deste artigo⁴ é o de descrever as ações realizadas em conjunto com uma comunidade pertencente a dois bairros, situados em porção periférica ao tecido urbano consolidado da cidade de Presidente Prudente, São Paulo.⁵

Inserida no âmbito do Laboratório de Geografia da Saúde (Geosaúde),⁶ cujos trabalhos encontram-se engajados nas linhas de pesquisa processo saúde/doença e políticas de saúde, a pesquisa foi realizada em resposta à demanda dos moradores dos bairros por maiores esclarecimentos relativos à pesquisa anterior realizada pelo laboratório sobre infestação por moscas. A escolha do estudo das moscas domésticas pelo Laboratório de Geografia da Saúde teve por referência várias investigações sobre o tema. A pesquisa foi realizada em bairros centrais e periféricos da malha urbana, dentre os quais os bairros em questão, o que permitiu a realização de comparações entre eles. A contribuição do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular (Gepep) foi o resgate de experiências políticas de expressão popular no propósito de transformação social e simbólica, para a reorganização e o fortalecimento do seu poder de classe.

As moscas têm sido consideradas importantes vetores mecânicos de doenças disseminadas no meio urbano, uma vez que são transmissoras de microrganismos patogênicos, como vírus, bactérias, cistos de protozoários e ovos de helmintos no ambiente doméstico. Em função disso, é crescente o número de estudos a respeito do comportamento, formas de dispersão, distribuição e diversidade das espécies. A coleta das moscas contou com o apoio da população local, pois era necessário manter as armadilhas em locais adequados, dentro do terreno dos domicílios. Durante o período de levantamento dos dados de campo, a comunidade dos bairros começou a ficar mais atenta às moscas, criando-se uma expectativa do retorno que poderia resultar da pesquisa.

No trabalho de colocação das armadilhas e de coleta das amostras, iniciou-se espontaneamente um processo de sensibilização da população local a respeito da relação existente entre saúde e ambiente – algo sentido, mas não refletido pelas pessoas em seu cotidiano. A simples observação do andamento da pesquisa pela população – a colocação de armadilhas, as iscas que continham, a quantidade de moscas capturadas – proporcionou novo âmbito de indagações a respeito das doenças que poderiam ser causadas pelas moscas, como poderiam ser evitadas, de que forma a proliferação desses insetos estaria ligada ao ambiente e quais as suas características. Ao final do período de coleta dos dípteros, surgiram cobranças dos moradores a respeito da devolutiva esperada sob a forma de uma ação educativa. A partir daí, delineou-se a pesquisa que deu origem a este artigo, em razão da necessidade de trabalhar com a população as relações entre moscas domés-

ticas e saúde ambiental, partindo-se do desejo de compreensão da própria população a respeito do tema, e assim propiciar o ensejo de problematizar as questões relativas à saúde ambiental nos dois bairros.

Neste artigo, procurar-se-á oferecer um panorama das atividades educativas em saúde realizadas em conjunto com a comunidade dos bairros. Trata-se de um relato de experiência de devolução de conhecimentos produzidos na pesquisa mediante uma ação educativa em saúde junto de uma comunidade local, problematizando as condições de saúde em áreas urbanas periféricas pobres e analisando a experiência de articulação de atores sociais na resolução dos seus problemas de saúde.

Deve-se levar em consideração, contudo, que o texto escrito é limitado. As palavras impressas, às vezes tão libertadoras, em alguns casos encerram. Fica difícil apreender o convívio, a comunicação, a vivência e a experiência colhidas, pois não se ouvem as vozes, não se enxergam as expressões dos rostos, perdem-se os olhares. Pode-se ler o que foi dito, mas não se pode saber a entonação com que foi dito – as emoções não têm muito lugar nos textos científicos. Portanto, trata-se aqui do relato de uma pesquisa que tratou de coisas que são vivas, e por mais que haja um esforço em descrevê-las com eficácia, serão fatos que já aconteceram, reinterpretados e contados do ponto de vista do pesquisador, e reinterpretados novamente pelo leitor, ao ler a descrição deles. Consideramos que as reinterpretações de tudo o que foi visto e ouvido, vivido e analisado não serão vãs, se em tudo isso for possível enxergar a vida por meio das impressões e do diálogo. Como ensina Freire: “se é dizendo a palavra com que, ‘pronunciando’ o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (Freire, 2005, p. 79).

Os primeiros passos para o diálogo

Para proporcionar uma melhor ideia dos fatos, torna-se necessária, por conseguinte, a inclusão da pessoa dos pesquisadores, bem como a dos orientadores e parceiros, inclusive na forma da linguagem, uma vez que as impressões e as emoções que acompanharam a pesquisa e lhe deram forma não são, e nem poderiam ser, de forma alguma, impessoais.

Era uma tarde quente (tipicamente prudentina) de uma segunda-feira de março de 2008, quando chegamos à Casa da Sopa.⁷ E nós não imaginávamos a importância dessa entidade assistencial para os bairros, ou melhor, para as pessoas dos bairros. Também não havíamos atentado para a importância da Casa da Sopa na formação da identidade local.

A Casa da Sopa é o espaço no qual os moradores dos dois bairros encontram maneiras de expressar suas angústias e necessidades, reivindicações,

manifestações, capacidades e talentos. Sabemos que um bairro só adquire identidade própria pelas pessoas que nele vivem, por suas histórias, memórias e valores. E tudo isso, nos dois bairros estudados, foi vivenciado conjuntamente com a entidade, presente desde a implantação do Jardim Morada do Sol, há 18 anos. Um bairro, como espaço imanente de vivência cotidiana, está, evidentemente, imbuído dos saberes, dos fazeres e dos ‘quereres’ de sua gente, e o papel dessa entidade como um espaço aberto à manifestação destes saberes no Jardim Morada do Sol e no Francisco Belo Galindo é inegável.

Entramos. Fomos recebidos por Tereza, sorriso franco, acolhedor: “Olha, a Rose hoje não tá, ela vem amanhã pra reunião”. Fomos informados de que a Rose, responsável pela administração da Casa da Sopa, falaria conosco no dia seguinte, antes da reunião comunitária.

No dia seguinte, uma terça-feira, comparecemos à reunião com antecedência. Novo sorriso, novo acolhimento. Segundo explicou sobre a reunião a ocorrer dentro de alguns minutos, tratava-se do Programa de Desenvolvimento Local – ligado ao Programa de Redes Sociais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)⁸ – que pretendia trabalhar diversos projetos junto da comunidade do bairro, por meio de reuniões semanais para a discussão coletiva dos pontos a serem privilegiados.

Era uma oportunidade única para o início dos trabalhos com a comunidade do bairro, embora não soubéssemos exatamente de que forma seria conduzido este programa, e nem se seríamos bem-vindos como colaboradores. Durante a reunião, fomos gentilmente convidados a falar por Cláudia, mediadora de redes sociais do Senac. Expusemos o motivo de nossa presença no bairro, e comentamos sobre a pesquisa a ser realizada. Intencionávamos realizar um trabalho de educação em saúde ambiental com a comunidade (e não sobre ela).

Íamos com boa intenção, pois acreditávamos (e ainda acreditamos) que a universidade pode e deve desempenhar o papel de socializar os conhecimentos por ela produzidos. A verdade, entretanto, é que, apesar de nossas boas intenções, íamos com uma concepção ‘bancária’ de educação (Freire, 2005). Em vista disso, é forçoso admitir que tínhamos respostas prontas para a comunidade pertencente aos dois bairros: onde e como jogar o lixo para evitar a infestação por moscas e outros insetos nocivos, como proceder a respeito dos alimentos, da higiene etc. Porém, contrariando nossas expectativas, e indo muito além delas, as perguntas da comunidade eram outras.

A problematização como ponto de partida

O fato é que nem mesmo os integrantes da comunidade sabiam sobre a profundidade de suas dúvidas – nossas verdadeiras indagações constituem

território por vezes nebuloso, o qual só é possível descortinar, com muito diálogo e reflexão coletiva, pela problematização.

Furlanetti (2009) enfatiza que, se problematizar pode nos levar a uma melhor compreensão da realidade, a problematização começa, então, quando quebramos o silêncio por meio de perguntas. No silêncio, não existe a compreensão da realidade, por isso é tão importante levantarmos desafios que levem às perguntas: “Perguntas são dúvidas e elas existem a partir do momento em que percebemos que não sabemos, mas que temos o espaço do diálogo, o espaço da voz” (Furlanetti, 2009, p. 28).

Na verdade, não existem perguntas bobas, e nem respostas definitivas. De acordo com Freire (2005), mesmo que uma pergunta pareça ingênua ou mal formulada, o educador nunca deve desrespeitá-la, a fim de não castrar a curiosidade do educando e possibilitar ao educador inserir-se definitivamente no movimento interno do ato de conhecer. A pergunta nunca é ingênua ou mal formulada para quem a faz, e o papel do educador reside em auxiliar o educando a refazer a pergunta, e, ao fazer melhor a pergunta, o educando aprende.

Essas considerações puderam ser constatadas por ocasião do início de nossa participação nas atividades coletivas do bairro, colaborando com o mutirão de limpeza. Os moradores queriam limpar o bairro. Para eles, tudo de ruim que caracterizava o bairro advinha da sua fama de ‘sujo’.

Como preparação para o mutirão, o Senac então, por meio do projeto de educação socioambiental “Educando para Renovar” (atrelado ao Programa de Desenvolvimento Local), programou uma série de palestras e atividades a serem conduzidas pela Vigilância Sanitária e pela Vigilância Epidemiológica do município, relacionadas principalmente aos mosquitos transmissores da dengue e da leishmaniose. Apesar da boa intenção, o resultado das atividades, em termos de conhecimento, foi considerado nulo pela comunidade: as oportunidades para perguntas foram reduzidas, e algumas delas foram simplesmente ignoradas ou, por causa do uso constante de terminologia científica, respondidas de forma quase ininteligível para os moradores.

Por isso, é necessário que o educador valorize, fundamentalmente, em toda a sua dimensão, o que constitui a linguagem, ou as linguagens – que são linguagens de perguntas antes de serem linguagens de respostas. Isto porque a linguagem manifesta-se de variadas formas: gestual, corporal, de movimento de olhos, de movimento de coração. Não as podemos negar, pois não ouvindo nem valorizando todas as formas de linguagens, estaremos eliminando grande parte da linguagem humana (Freire e Faundez, 2005, apud Furlanetti, 2009). E o educador não deve dar respostas descritivas ao fato perguntado, mas procurar explicitar a relação dinâmica entre palavra e ação, ou melhor, entre palavra-ação-reflexão, pois falar, agir e conhecer são ações que caminham juntas (Furlanetti, 2009).

A problematização envolve a reflexão, isto é, pensar sobre determinadas situações e questioná-las, de modo a compreender a maneira como os processos são desencadeados (Brasil, 2005a). Vale ressaltar que tal reflexão deve ser coletiva, uma vez que dessa forma se identificam com maior fidelidade os problemas presentes num determinado local, além de se estimular a participação de todos os sujeitos (Brasil, 2005b).

Um elemento fundamental para permitir a reflexão é o respeito mútuo entre educador e educando que se expressa no diálogo. Conforme Luckesi (1994), pelo diálogo é possível horizontalizar as relações. Para Freire (1996), não há educação se não há diálogo, pois para que o processo educativo aconteça é fundamental que exista uma comunicação. E a verdadeira comunicação só ocorre por meio do diálogo.

O diálogo descortinando a realidade e promovendo a reflexão coletiva

Com o andamento da pesquisa, fomos percebendo juntos a raiz dos problemas que afligiam a comunidade. Partindo das reflexões sobre o ambiente e a infestação por moscas, foram sendo descortinados problemas ambientais e de saúde mais amplos que afetavam os moradores. E, para que esses problemas fossem evidenciados, a convivência forneceu as ocasiões propícias à reflexão coletiva.

É imperativo considerar, no entanto, que o ato de ‘estar’ no bairro é bem diferente do ato de ‘conviver’ nele (Oliveira, 2003). As meras ‘visitas’ investigativas não dão conta de apreender o que aflige as pessoas, o que elas sentem e pensam sobre aquilo que mais afeta suas vidas e sua saúde. Paulo Freire (1987) enfatiza a necessidade de admirar o espaço em torno e as pessoas nele, buscando, sobretudo, a essência daquela relação, para além das aparências. Buscamos, portanto, um conviver com tenacidade, pois concordamos com Oliveira:

Conviver é mais do que visitar e não é algo que possa ser delegado; requer um envolvimento pessoal, observando, perguntando e conversando. Essa convivência pode trazer maior confiabilidade à pesquisa, pois é nela que os posicionamentos políticos se clarificarão e as pessoas poderão se colocar abertamente (Oliveira, 2003, p. 123).

Com essa postura investigativa, surgiu a oportunidade de diálogo – as oportunidades de conversar, de conviver e de se reunir a fim de criar meios para o desenvolvimento de ações educativas em saúde, com as possíveis soluções sendo pensadas em conjunto com a comunidade. E as relações de afetividade também não ficaram de fora: a amizade dos pesquisadores não

apenas com pessoas da comunidade, mas também com pessoas que trabalham nos bairros e se consideram parte deles ampliaram os ganhos registrados com a parceria. Participando das reuniões comunitárias, compartilhando dos percalços da comunidade, típicos do início de uma jornada coletiva pela conquista de direitos, e compartilhando também seus avanços, começamos a compreender o que a comunidade considerava adequado para a obtenção dos melhores resultados em educação para a saúde em seus bairros.

Na atividade seguinte ao mutirão, propusemos uma forma dialogada de obtenção de informações para a pesquisa sobre a infestação por moscas domésticas, que havíamos acompanhado anteriormente nesses bairros. Essa atividade foi denominada Colóquio, por constituir a exposição de um tema – no caso, a pesquisa realizada pelo Laboratório de Geografia da Saúde sobre a infestação por moscas. Na realidade, entretanto, o que ocorreu, de maneira prática e informal, foram *trocas* de informações sobre as condições ambientais do bairro, pois descobrimos que os moradores tinham tantas informações a fornecer quanto nós, os pesquisadores. Eles sabiam os locais onde havia mais lixo sendo jogado, e, portanto, mais moscas. Sabiam também quais os locais onde se criavam animais, como galinhas, porcos etc., bem como onde e por que as condições de higiene não eram adequadas.

Durante o Colóquio, quando foram mencionadas as doenças provocadas pelas moscas, as pessoas começaram a refletir e a observar onde e como essas doenças se manifestavam. Decidiram então ir até o Programa Saúde da Família (PSF) obter dados estatísticos sobre as doenças de pele que eles sabiam afetar as pessoas da comunidade (em especial as crianças), e descobriram que tais dados não existiam. Como, então, obtê-los? Poderiam elaborar um questionário sobre saúde ambiental? Por que eram recebidos com negligência no PSF? Por que amigos e vizinhos afirmavam não terem recebido as visitas dos agentes?

As perguntas foram aumentando, tornando-se cada vez mais abrangentes, mais exigentes. Das inter-relações originadas nos diálogos coletivos emergiam as dúvidas, descontinavam-se as interrogações, revelavam-se os anseios nas palavras antes estancadas pelo silêncio – e essas revelações transformaram o processo de conhecimento da realidade. Isso porque, “a realidade concreta nunca é, apenas, o dado objetivo, o fato real, mas também a percepção que dela se tenha” (Freire, 2007, p. 61).

Segundo Freire (2005), para que a educação promova transformações na sociedade, ela deve ocorrer continuamente e é preciso reconhecer, portanto, que o homem é um ser inacabado. A inconclusão humana é própria da experiência de viver. Além do homem, a realidade é inacabada, assim como tudo no mundo.

No entanto, somente o homem tem consciência da sua inconclusão, e somente há educação porque o homem é inacabado. É essa a raiz da educação.

O inacabamento do homem o coloca em uma constante busca. E pode-se dizer que a educação é essa constante busca. Assim, o homem é sujeito de sua educação e não objeto dela (Freire, 2001). Porém, a procura do homem pelo conhecimento deve ocorrer no intuito de ele *querer ser mais*, e não de *querer ter mais*. De acordo com as palavras de um morador:

Aqui, na comunidade, vemos a participação e a importância do *ser* humano, e não a do *ter* humano. No mundo de hoje, é o *ter* que importa, mas nesta comunidade não é o *ter*, e sim o *ser*: a doação do tempo e do esforço de cada um, juntando força para conseguir um bairro melhor (Morador 1).

Para tanto, a educação não se deve dar na exclusividade, no isolamento, no individualismo, mas na solidariedade, na comunhão (Freire, 2005). Parafraseando Freire: “O homem não é uma ilha. É comunicação” (Freire, 2001, p. 28).

Na empreitada dos que agiam no bairro – Senac, Casa da Sopa, comunidade, pesquisadores e demais parceiros – em busca da comunicação, acabamos por contatar o PSF e a escola, visando à integração dos trabalhos. E nos defrontamos com o abismo existente entre as duas instituições – o PSF e a escola: geograficamente próximas (uma em frente à outra), taticamente isoladas por completo.

No PSF, descobrimos que o questionário sobre saúde ambiental, elaborado de forma cuidadosa e criteriosa pela comunidade, havia sido totalmente ignorado. Baseado em um mês e meio de diálogo, levantamento de dados, discussões e revisões, com a finalidade de ampliar o conhecimento acerca das condições ambientais e de saúde dos bairros, foi considerado simplesmente sem nenhuma utilidade para o trabalho realizado pela equipe do PSF.

Partimos então para a escola. Mergulhada em seus problemas técnico-administrativos (falta de recursos humanos, materiais e financeiros) e em entraves profissionais (sobrecarga de trabalho de professores, diretora e demais profissionais, que acumulam cargos na tentativa de obter ganhos mais dignos), compreendemos que a escola manifesta sua angústia traduzida no isolamento. Ficou evidente a necessidade premente de sua participação nas reuniões comunitárias, mas tornou-se igualmente clara a impossibilidade de ela fazê-lo: a rigidez do funcionamento escolar praticamente não permite que seus profissionais ultrapassem seus muros. ‘Concretada’ em normas, horários e regras administrativas rígidas, soterrada sob montanhas de projetos que vêm prontos da Secretaria Municipal de Educação – e que, na maioria das vezes, pouco ou nada têm a ver com as necessidades dos educandos –, afogada numa avalanche de conteúdos e disciplinas desconectada do contexto social em que se situa, a escola permanece imobilizada diante das demandas sociais, educacionais e de saúde de suas crianças.

Preocupadas, muitas professoras aproveitaram nossa presença para desabafar sobre os problemas de saúde dos alunos. Não conseguiam entender por que os piolhos, a sarna e as bicheiras ainda continuavam a afligir seus alunos de forma tão violenta, pois, segundo nos informaram, todo o conteúdo sobre saúde, de todas as séries, havia sido amplamente trabalhado. Podemos inferir daí que o esforço das professoras produziu informação, mas não conhecimento. O conteúdo, trabalhado de maneira distante da realidade dos alunos, não foi contextualizado, por isso não houve comunicação com os educandos. E a comunicação é fundamental na relação professor–aluno, pois

(...) somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos, de uma realidade (Freire, 2007, p. 76).

Quando existe uma ‘torre de marfim’, perde-se a comunicabilidade. E há maior ‘torre de marfim’ do que os horários de trabalhos pedagógicos coletivos (HTPCs), dos quais somente os professores participam? Isolados dos alunos, de seus problemas cotidianos e de sua realidade, isolados do esforço da comunidade para superar ou minimizar esses mesmos problemas, isolados e sozinhos, quais resultados almejam alcançar os professores?

A ‘pedagogia do sabão’

Observamos que os estudos sobre as moscas levam as pessoas a refletir sobre a sua saúde e sobre a saúde ambiental muito mais do que aqueles relacionados aos mosquitos causadores de doenças (como os da dengue, malária e leishmaniose). E isso é resultado da convivência dos seres humanos com as moscas, consideradas não como ‘invasoras’ – como no caso dos mosquitos –, mas como insetos comuns ao ambiente doméstico, e supostamente inofensivos à saúde humana.

Apesar de sua proximidade, no entanto, a sensibilização para o fato de que as moscas se reproduzem em ambientes sujos, como esterco e matéria em decomposição, faz as pessoas associarem a sua presença à imundície, influenciando a imagem que o indivíduo tem de si próprio e do ambiente em que vive. E a imundície é facilmente associada à doença.

Já com os mosquitos é diferente. Seu extermínio implica ações que colocam as pessoas na defensiva, quando não percebem o verdadeiro significado delas para a sua saúde: elas simplesmente não entendem que mal pode

advir de alguma quantidade de água limpa represada ou de um monte de folhas secas deixadas no chão do quintal, prática corriqueira utilizada para adubar a terra.

Há que se levar em conta nesse aspecto, também, o fato de a abordagem relativa aos mosquitos hematófagos transmissores de doenças geralmente ser realizada por órgãos de saúde pública municipais, por meio da distribuição de cartilhas e panfletos cuja elaboração ocorre baseada na ‘pedagogia do medo’: os mosquitos são desenhados em tamanho desmesuradamente maior do que o normal, assemelhando-se a monstros perigosos, e as mensagens redigidas em tom de ameaça. As palestras realizadas também reforçam essa abordagem, contribuindo para que o conhecimento a esse respeito não seja incorporado pelas pessoas. Ou seja, não são oferecidas oportunidades para perguntas e discussões em torno do assunto, e o palestrante simplesmente transmite as informações, em geral em linguagem científica e empregando jargões técnicos que pouco ou nada significam para os ouvintes de origem humilde e com baixa escolaridade.

A aversão natural às moscas é agravada com o seu aumento, ocasionado por atividades agropecuárias – granjas, pocilgas, estrebarias, cocheiras, currais etc. – localizadas nos limites da área urbana, caso dos bairros estudados. O controle das moscas, por sua vez, pode ser muito complicado, por causa da grande mobilidade dos insetos adultos e da grande facilidade de adquirirem resistência aos mais diversos tipos de inseticidas.

É salutar destacar que a simples presença da universidade em uma comunidade já é capaz de alterar a sua rotina. Assim, quando iniciamos a colocação das armadilhas para a coleta das moscas, à simples menção do nome da universidade, as pessoas já inferiam tratar-se de algo importante. A curiosidade a respeito da pesquisa levava sempre ao questionamento: o que estava sendo feito? Por quê? Por que naquele bairro? E, finalmente, quando a universidade ofereceria condições para que entendessem um pouco mais sobre aquele trabalho? Alguns moradores entusiasmaram-se com a pesquisa, tomando conta das armadilhas, que eram constantemente alvo da curiosidade das crianças. O mais importante a considerar, porém, é a oportunidade dada à comunidade de inteirar-se do conhecimento produzido pela pesquisa, e de participar da ampliação dele, pelo aumento de sua abrangência e demais desdobramentos proporcionados pela pesquisa.

Para desenvolver as investigações em saúde ambiental previstas na pesquisa, consideramos que o sistema de intervenção e de estudos das questões que relacionam saúde a ambiente é um sistema aberto e dinâmico que incorpora a historicidade e a subjetividade dos contextos onde ocorrem os processos interdependentes que conformam os problemas socioambientais. Tendo essa referência como ponto de partida, os problemas foram trabalhados sem perder de vista que não se trata apenas de questões acadêmi-

cas, mas que elas envolvem a relação entre a universidade e os serviços de saúde, numa perspectiva interdisciplinar e na busca de soluções e de novas possibilidades que permitam a melhoria da vida das pessoas. Uma alternativa estratégica para essa abordagem parece ser a incorporação ampla da sociedade na discussão de seus problemas, e, indo além disso, captar como a comunidade vê o mundo, uma vez que ela o percebe de forma integrada. Para isso, são necessários vários paradigmas, e não apenas um ponto de vista (Augusto et al., 2003).

Nesse sentido, as pesquisas que apresentem a oportunidade de reunir saberes interdisciplinares e que procurem identificar, nas comunidades, quais as formas mais adequadas para a prevenção e a promoção da saúde de seus moradores, enquadraram-se nesse novo rol de investigação científica interessada em romper com antigos paradigmas investigativos e buscar uma compreensão mais ampla acerca do meio ambiente, das ações humanas e suas consequências e, sobretudo, do ser humano.

Da mesma maneira, Stotz (2001) aborda os percursos da população em busca da cura e a relação entre os diversos saberes médicos. Para ele, um fosso cultural separa o médico dos doentes, originando uma inversão perversa em que ‘a doença precede o doente’, e a busca de superação desses limites deveria envolver-nos como atores (e autores) políticos na dinâmica histórica da sociedade. Stotz afirma, com isso, a necessidade de os sistemas médicos aprenderem a pensar os doentes em suas relações, contextos e representações, e em seus modos de ‘andar a vida’. Trata-se de uma forma radicalmente diferente de conceber a saúde e a doença, e, portanto, de organizar os serviços de atenção à saúde. Mas, além disso, implica envolver-se com a vida das pessoas e com a mudança das condições propiciadoras da doença.

O primeiro passo na direção de superar o fosso entre a escola e o PSF, e entre ambas as instituições e a população local foi dado pelos moradores, que insistiram com veemência na participação da escola nas reuniões. Com isso, foram liberadas duas professoras a cada reunião, mas sua participação ocorreu somente em duas delas, pois os horários não eram compatíveis. Contudo, essa exígua participação revelou-se de suma importância, pois dela resultaram as oficinas realizadas: a do xampu, para combater piolhos, a do sabão, para combater a sarna, a da pomada cicatrizante e a do xarope, para a tosse. Pelos relatos das professoras, a comunidade realizou uma investigação informal, baseada em conversas comunitárias, nas festas populares, nas reuniões religiosas e nas atividades realizadas nos espaços das entidades dos bairros, e constatou-se que os problemas de saúde mais prementes afligiam as crianças em idade escolar: a sarna (que infesta também seus cães de estimação), o piolho, as bicheiras, a tosse e a bronquite. Segundo os relatos das professoras e da diretora da escola, esses problemas de saúde interferebam bastante no aproveitamento escolar dos alunos.

Iniciamos, assim, a nossa ‘pedagogia do sabão’, no dizer do educador Tião Rocha (2008),⁹ uma pedagogia pautada nas necessidades dos educandos e fundamentada no princípio do não desperdício: o que dá para aproveitar e por que não aproveitar? Por que comprar remédios caros para piolhos e sarna na farmácia, se podemos fazer remédios caseiros, de baixo custo e eficientes? Foram realizadas, então, as oficinas do sabão para combater a sarna, do xampu para combater os piolhos, e, posteriormente, as da pomada cicatrizante e do xarope para a tosse.

A oficina foi uma das formas mais adequadas de abordagem mencionada pelo grupo, uma vez que é uma maneira de ‘ensinar fazendo’ (diagrama 1), proporcionando maior interação com o conteúdo abordado e, por isso, resultando em maior aproveitamento.

Na oficina, existe uma interação entre diversos sentidos, os quais, juntos, perfazem o caminho útil ao aprendizado coletivo e à integração dos membros da comunidade: as mãos realizam trabalho; a voz narra fatos, histórias, informações, impressões; os ouvidos escutam essas narrativas; e a alma registra e relaciona memórias. Tudo isso constrói uma oportunidade privilegiada de convivência comunitária, abrindo caminhos e conquistando espaços únicos de participação e diálogo. É a união entre os saberes e fazeres dos sujeitos envolvidos na luta pelo direito social à saúde, uma luta que vai além da “doença e não é apenas uma luta contra os maus serviços de cura da doença” (Equipe das Comunidades, 1988, p. 193, apud Stotz, 2005, p. 19). A oficina representa, na verdade, uma opção política de saúde: ela realiza a sua função ao levar ervas e palavras, transformando o processo de curar-se num processo crítico e conscientizador. Pela palavra se inicia, segundo Paulo Freire (2007), o processo de ‘estar sendo no mundo’, estar consciente de sua humanidade.

Diagrama 1

Oficina: interação entre sujeitos, saberes e fazeres



Fonte: A primeira autora.

Outras sugestões foram incorporadas à pesquisa: trabalhar em conjunto com a Pastoral da Criança; não ficar, segundo uma moradora, “encompridando conversa, que o povo não gosta muito”, ou seja, ser claro; “chegar até a mulher, porque ela participa mais, luta mais, aparece mais” (essa observação foi feita por um homem).

Em uma reunião, socializaram-se informações com os participantes, observando-se o nível de conhecimento que os moradores tinham acerca da escabiose e da pediculose. Nessa reunião, também foi elaborado o *folder* ilustrativo contendo informações básicas sobre como combater as doenças, a partir do qual seria desenvolvida uma exposição dialogada para a comunidade, durante a oficina sobre escabiose e pediculose, além de noções básicas da relação ambiente, higiene e saúde.

Das oficinas, surgiram novos questionamentos: se podemos aproveitar muitas coisas, por que não aproveitar o lixo como fonte de renda? Por que não podemos ter coleta seletiva no bairro? Como podemos montar uma cooperativa de catadores de recicláveis? Muitas reuniões paralelas ocorreram, e as discussões a esse respeito ainda estão em andamento.

As oficinas provocaram reações nos dois bairros: as pessoas que compareceram, solicitavam a repetição delas; as que não puderam participar por elas terem se realizado em seus horários de trabalho, solicitavam mudança de horário. O objetivo de convocar para o diálogo, e para aprendermos juntos foi alcançado. Ainda há muito que avançar, mas os membros da comunidade ensejam uma busca, procuram um caminho de transformação dos bairros: de sua saúde, de suas ruas, de sua aparência, de suas vidas. O importante é que estão empreendendo essa jornada juntos.

Conclusão

Enquanto escrevemos estas linhas, chegam notícias dos bairros: um membro da comunidade ficou doente, outro mutirão de limpeza foi realizado com a participação ativa dos moradores, outra oficina (oficina de amamentação, realizada pela equipe do PSF em parceria com o Senac) foi um sucesso. Mais ideias, mais diálogo, mais reflexões. A semente foi lançada. E a coordenadora do Plano de Desenvolvimento Local do Senac, Cláudia Dias, afirmou durante o Fórum de Desenvolvimento Local – realizado no dia 27 de novembro de 2009, em Presidente Prudente:

Quando a gente começa o trabalho, se preocupa se vai dar certo, se as pessoas vão aderir. No fim, vemos que é uma preocupação inútil. Quando lançamos a semente, as pessoas da comunidade fazem o que precisa ser feito. A gente não precisa tutelar ninguém.

É importante notar, a coexistência e a atuação das *pessoas*: são elas as protagonistas desta história dentro das entidades, instituições, associações, grupos e comunidades. Todas estão preocupadas com o ‘outro’, com a coletividade, numa visão de mundo mais crítica e consciente, predestinada, por conseguinte, à mudança. Uma mudança que pressupõe, antes de tudo, a reflexão e a ação. Dessas pessoas recebemos lições de vida, de trabalho e de humildade, pessoas que, apesar de perceberem toda a diferença de sua situação econômica, movimentam-se no sentido de alargar espaços, romper barreiras e conquistar direitos, no sentido de serem reconhecidas e de fazer valer seus valores, distanciados dos valores materiais.

E, com estratégias simples, as conversas eram fluidas e o diálogo sempre permeava as discussões mais importantes. Os conceitos ‘higienistas’ e comportamentais da comunidade a respeito da educação em saúde foram se modificando ao longo das reuniões, as discussões cada vez mais foram se aproximando das questões que norteiam as políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente. E se percebeu a necessidade de integração entre os setores de educação, saúde e vigilância sanitária na melhoria da saúde da população, integração que a comunidade se prepara para alcançar a qualquer custo, utilizando suas principais ferramentas: a persuasão e o diálogo.

Outras ferramentas são, ainda, necessárias a essa vivência comunitária: afetividade, respeito, humildade, compreensão, perdão. É preciso também ser flexível, saber ponderar, ouvir o outro. E é preciso efetivamente participar:

Participar, na perspectiva dialógica, não é fazer o que outros decidem que cabe a mim, e muito menos responder burocraticamente ou apenas formalmente pela participação. É ser sujeito dessa participação. Ir para comunidades nesta perspectiva pode trazer ganhos coletivos e aprendizagens mútuas (Oliveira, 2003, p. 123).

Com essas ferramentas, o grupo cresce, adquire novas perspectivas e realizações, descobre e traz à tona aspectos ignorados (ou escamoteados) pelas estatísticas oficiais – como no caso das bicheiras, dos piolhos e da sarna que afligiam as crianças dos bairros e que, simplesmente, não apareciam nos registros de saúde do PSF.

As reuniões comunitárias constituem amplo espaço de diálogo entre as pessoas da comunidade, os representantes do poder público e de instituições diversas, os pesquisadores e as lideranças locais. Nelas, os membros da comunidade discutem os problemas que atingem a população dos dois bairros, problematizam temas relevantes e propõem estratégias de solução.

É, portanto, por meio do diálogo que surgem as oportunidades de reflexão coletiva acerca de problemas vividos por todos, que são a base do desenvolvimento de relações sociais mais harmônicas. Esse é também o

caminho para a constituição de cidadãos e cidadãs mais participativos, mais críticos e, principalmente, mais ativos diante de sua realidade.

Quando refletem e dialogam sobre um tema – que pode ser ‘saúde’ ou ‘ambiente’ –, o fio condutor de suas ideias na verdade é a reflexão acerca de sua própria realidade, sua condição dentro da sociedade, sendo essa a causa de determinado fator vir a constituir um ‘problema’ para eles, ao mesmo tempo em que se conscientizam de que esse mesmo fator não constitui problema para outros, pois se encontram em condições socioeconômicas privilegiadas.

Ponto de partida e também de chegada de trabalhos comunitários é o compromisso ético e social, o que leva a pensar os trabalhos na perspectiva de melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por isso mesmo, o retorno à comunidade dos resultados do trabalho não se dá exclusivamente no compartilhamento de informações. Antes, e mais do que isso, se dá na efetiva contribuição social. Essa contribuição não deve ser prevista somente na justificativa do trabalho, mas também na sua metodologia; ela deve ser exposta com clareza para os grupos com os quais se trabalha, e todos devem estar conscientes de que ela não é unilateral, é recíproca: todo mundo ensina e todo mundo aprende. Quando se realizam atividades que buscam o diálogo com o outro, aprende-se a conviver e, com isso, aprendemos sobre o outro e sobre nós mesmos, aprendemos a gostar de nós e da vida. Também se aprende pessoal e profissionalmente, com isso, ganha a pessoa que convive e ganha o conhecimento que se produz. Aprende-se, essencialmente, sobre humanidade e que, como seres humanos, somos ricamente diversos e iguais (Oliveira, 2003).

Por trás das mãos, dos olhos e dos braços de quem faz, de quem constrói um bairro, ou o próprio espaço geográfico, existem pessoas que pensam. No seu modo de fazer o espaço, e no modo de *rememorar* esse fazer, há um motivo, uma decisão, que é político e denota a capacidade de resistência dessas pessoas. Aceitar a luta, transformar o espaço, manter seus signos identitários, eis a sua forma de resistir.

Imprescindível, portanto, entender como, de que maneira, essas pessoas pensam, a fim de entender como agem, e de que forma o espaço geográfico é por elas produzido. Assim, então, o trabalho conjunto de educação em saúde acontece. Verdadeiramente.

Este é o momento em que se pode, bem mais do que nos anos sessenta, falar de uma ‘experiência de educação popular na área da saúde’. E ela se realiza quando o trabalho profissional de saúde pública funde-se em um trabalho cultural de educação popular por meio da saúde. Quando a ação médica e a de outros profissionais da ‘área da saúde’ não se limita a uma assistência a clientes do povo. Quando ela se estende a uma ação cultural ampliada de diálogo e de crescimento de parte a parte, em busca de saídas e de soluções sociais a partir do que se vive e

do que se troca, do que se aprende e do que se motiva, quando se dialoga crítica e criativamente sobre a vida e o mundo por intermédio do corpo e da saúde (Brandão, 2001, p. 131).

O referencial da educação popular como referencial de partida exigiu a escolha de um caminhar metodológico no qual a pesquisa também enquanto prática social se desenvolvesse por meio de um diálogo (na verdade, muitos diálogos) entre sujeitos. Daí as necessárias aproximações, conversas e convivências. Aproximações realizadas na fase inicial da pesquisa, quando éramos convidados a entrar nas casas para tomar um café, invariavelmente acompanhado de ‘um dedo de prosa’. Conversas, nas diversas ocasiões em que encontrávamos pessoas curiosas a respeito da pesquisa sobre a infestação por moscas, sempre querendo saber mais. E convivências, a partir do momento em que iniciamos a participação efetiva nas reuniões e ações da comunidade. Um processo educativo facilitado pelo movimento recíproco visando ao diálogo dos pesquisadores, dos orientadores, da comunidade e dos demais colaboradores deste estudo.

A compreensão de educação como um processo social, histórico, permite entender com clareza que as práticas sociais estão ininterruptamente permeadas por processos educativos. Mais do que isso, permite entender que, historicamente, outros processos, humanizantes, são possíveis e portanto a pesquisa pode (e deve) contribuir para se pensar essas possibilidades (Oliveira, 2003, p. 121-122).

As comunidades dos bairros Jardim Morada do Sol e Residencial Francisco Belo Galindo ainda não lograram o seu intento a respeito do funcionamento efetivo e da interação completa entre os serviços de saúde, educação e meio ambiente em seus bairros. Porém estão, coletivamente, trabalhando em prol dessa meta. Irão atingi-la? Não sabemos. Toda luta se assemelha a uma viagem ao desconhecido: parte-se com muitas ideias, mas quase nunca se encontra exatamente o que se imaginava alcançar. Assim, ao iniciá-la, não se sabe precisamente onde se poderá chegar, mas sabe-se, seguramente, que é preciso, de algum modo, partir.

Colaboradores

O primeiro autor concebeu o estudo em termos teóricos e metodológicos, analisou os dados, elaborou a discussão dos resultados e redigiu o texto. O segundo e o terceiro autores participaram na orientação teórica e metodológica, na análise dos dados, na discussão dos resultados e na revisão do texto final do artigo.

Notas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. <rosianetorrezan@ig.com.br>
Correspondência: Rua Sete de Setembro, 966, CEP 19020-510, Jardim Aviação, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

² Professor adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Livre-docente em Geografia da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), São Paulo, SP, Brasil. <raulgimaraes@uol.com.br>

³ Professora assistente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, SP, Brasil. <rotta@fct.unesp.br>

⁴ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada *Problematização da saúde pública e ação educativa nas comunidades do Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo (Presidente Prudente/SP)*, defendida em 2010 por Rosiane Moraes Torrezan, orientada por Raul Borges Guimarães e co-orientada por Maria P. de Fátima Rotta Furlanetti, na FCT/Unesp, de Presidente Prudente, São Paulo. A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁵ Trata-se dos bairros Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo, da cidade de Presidente Prudente, São Paulo, onde foi realizada a pesquisa.

⁶ Laboratório que visa reunir os estudos do Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (Cemespp), grupo interdepartamental da FCT/Unesp, sob a orientação do professor Raul Borges Guimarães, que correlacionam padrões espaciais das condições de vida das pessoas expostas a processos excluientes, correlacionando-os aos serviços de saúde.

⁷ A organização não-governamental Casa da Sopa Francisco de Assis (Casofa) presta atendimento aos moradores dos bairros há 17 anos, com serviços de saúde e atividades de

educação, dança, arte e cultura, proporcionando um espaço de participação e fortalecimento das relações sociais dos moradores do bairro.

⁸ O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) é uma entidade nacional autônoma, de direito privado, criada, em 10 de janeiro de 1946, pelo decreto-lei n. 8.621, mantida e administrada pelo comércio e serviços (setor terciário), que desenvolve atividades sobretudo em educação profissional.

⁹ Tião Rocha, criador da pedagogia da roda e da escola embaixo do pé de manga, em entrevista à revista *Carta na Escola*, conta como, a partir das necessidades imediatas da comunidade, surgiu a ‘pedagogia do sabão’.

Referências

- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. Saúde e ambiente: uma reflexão da Abrasco. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na área da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, n. 8, p. 127-131, fev. 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *A educação permanente entra na roda*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005a.
- _____. _____. _____. _____. *Curso de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem – Práticas educativas no cotidiano do trabalho em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. *Compartilhando experiências: dialogando com a prática da alfabetização*. Bauru: Canal6, 2009.
- LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez de. *Processos educativos em trabalhos desenvolvidos entre comunidades: perspectivas de diálogo entre saberes e sujeitos*. Pesquisa realizada como parte das atividades do pós-doutorado efetuado na Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- ROCHA, Sebastião. Invencionices de um roseano. Entrevista de Lívia Perozim. *Carta na Escola*, Caderno de Sustentabilidade, n. 27, jun.-jul. 2008.
- STOTZ, Eduardo Navarro. A cultura e o saber: linhas cruzadas, pontos de fuga. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, n. 8, p. 132-134, 2001.
- _____. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-30, 2005.

Recebido em 18/05/2011

Aprovado em 13/09/2011